



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

321) Quando um particular oferece vantagem indevida a um funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, e este recusa, ocorre

- a) corrupção ativa em concurso com tentativa de corrupção passiva.
- b) corrupção ativa
- c) corrupção passiva em concurso com tentativa de corrupção ativa.
- d) corrupção ativa em concurso com corrupção passiva.

RESPOSTA: B, Pois só houve o oferecimento da vantagem pelo particular, nada dispondo a questão sobre o funcionário, apenas afirmando que recusa. Portanto, só houve o crime da corrupção ativa, do artigo. 333, do CP.

322) O advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias

- a) comete o crime de patrocínio infiel.
- b) comete o crime de tergiversação.
- c) comete o crime de advocacia administrativa.
- d) não comete crime algum, apenas viola o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

RESPOSTA: A. Pois tal crime é previsto no artigo 355, do CP.

323) Constitui pressuposto subjetivo para a concessão do livramento condicional da pena

- a) ser a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos.
- b) ter o sentenciado bom comportamento carcerário
- c) ter o sentenciado, cumprido, se não reincidente, mais da metade da pena.
- d) ter o sentenciado requerido diretamente o livramento.

RESPOSTA: B, conforme previsto no artigo 83, III, que deve ser verificado individualmente para cada preso.

324) Funcionário público que concorre para que terceiro subtraia dinheiro, valor ou bem que se achava sob a custódia da administração pública, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona essa qualidade, pratica

- a) peculato apropriação.
- b) peculato desvio
- c) peculato furto.
- d) peculato culposos.

RESPOSTA: C, de acordo com o artigo 312, §1º, do CP.

325) Deixar o funcionário de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, por indulgência, comete o crime de

- a) prevaricação
- b) condescendência criminosa
- c) advocacia administrativa
- d) concussão

RESPOSTA: B, conforme artigo 320 do CP.

326) Arnóbio, tesoureiro de órgão público municipal, adredemente ajustado com Bernardo, um mecânico de motores, seu vizinho, deixa aberto o cofre de sua repartição ao final do expediente. Bernardo, altas horas da noite, através de uma janela do 2º andar, ali ingressa e subtrai do interior do cofre vultosa quantia em dinheiro. É correto afirmar-se que:

- a) ambos cometeram crime de furto qualificado.
- b) ambos cometeram crime de peculato próprio
- c) ambos cometeram crime de peculato impróprio (peculato furto).
- d) Arnóbio cometeu peculato e Bernardo furto qualificado.
- e) Arnóbio cometeu apropriação indébita e Bernardo furto qualificado.

RESPOSTA: C, artigo 312, §1º, do CP.

327) Recém nascido, com apenas seis meses de gestação e com pouca possibilidade de sobrevivência, foi expulso espontaneamente do ventre materno e, em seguida, teve sua morte abreviada, por ato violento da própria mãe. A espécie é de:

- a) homicídio qualificado
- b) infanticídio
- c) aborto
- d) homicídio privilegiado
- e) exclusão de ilicitude

RESPOSTA: B, segundo dispõe o artigo 123, do Código Penal, aquele que mata o próprio filho, durante o parto, sob influencia do estado puerperal é punido pelo crime de infanticídio, o que ocorreu na questão.

328) Como sabemos, na hipótese de homicídio praticado contra menor de quatorze anos haverá um aumento de pena para o agente. Essa determinação de acréscimo está:

- a) expressa na lei 8072/90- Lei dos Crimes Hediondos
- b) expressa na lei 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente
- c) inserida no §4º, do artigo 121 do Código Penal, o mesmo parágrafo que trata de várias hipótese de acréscimo relacionadas com a forma culposa.
- d) num dos parágrafos do artigo 121 do Código Penal mas não no mesmo que trata do acréscimo para a modalidade culposa.

RESPOSTA: C. Basta olharmos o parágrafo quarto do artigo 121 e veremos que tal assertiva está de acordo com a lei.

329) A reparação do dano no crime de peculato culposo

- a) se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade mas, se lhe é posterior, não causa nenhum benefício ao réu.
- b) obedece apenas às regras do art. 16 de nosso Código Penal, que trata do arrependimento posterior.
- c) em qualquer fase, mesmo após a sentença irrecorrível, é fator de extinção da punibilidade.
- d) se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade e se lhe é posterior reduz de metade a pena imposta.

RESPOSTA: D.

330) Aquele que mata alguém “sob a influencia de violenta emoção, provocada por ato injusta da vítima” incidirá, na ausência de outras circunstâncias, no crime de homicídio doloso praticado na sua forma:

- a) simples, servindo a “violenta emoção” nas condições acima com uma agravante genérica.
- b) qualificada
- c) privilegiada
- d) simples, servindo a “violenta emoção” nas condições acima como uma atenuante genérica.

RESPOSTA: D, pois o homicídio privilegiado do artigo 121, §1º, exige o “domínio” de violenta emoção e não a “influência”.